



Número: **0800359-58.2019.8.20.5161**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Baraúna**

Última distribuição : **20/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 998,00**

Assuntos: **Seguro obrigatório - DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
UBERVANDIO BEZERRA DA SILVA (AUTOR)		KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO (ADVOGADO)	
SEGURADORA DPVAT (RÉU)		LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO) ODETE CLARA COSTA PIMENTA NETA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
52014 269	18/12/2019 21:52	Petição de manifestação	Petição
52014 270	18/12/2019 21:52	2662756_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_JUR_01	Documento de Comprovação

Petição anexa





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE BARAUNA/RN

Processo: 08003595820198205161

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreeve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **UBERVANDIO BEZERRA DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Cumprir esclarecer que em nenhum momento a parte autora requereu o pagamento, através da via administrativa, intentando imediatamente na via judicial, restando, portanto, carecedora do direito de ação, haja vista a ausência do interesse de agir.

No caso dos autos, o direito de ação nasceria com a recusa do pagamento do sinistro na instância administrativa, o que corresponderia ao evento danoso. Como isto nunca ocorreu, não tem a parte autoral a necessária legitimidade postulatória.

É sabido que a existência do litígio, obviamente está intimamente ligada à pretensão resistida, que determina o surgimento do conflito, que é uma das condições da ação.

Desta forma, independente da conclusão do expert impõe-se a extinção do processo sem julgamento do mérito, haja vista a falta de interesse de agir.

Caso não seja este o entendimento do i. Magistrado, requer a suspensão do processo e a intimação da parte autora para que manifeste sua concordância ou não quanto a suspensão da presente ação até finalização da

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



regulação do pedido administrativo (pagamento/negativa/cancelamento) ou mesmo sua opção pela desistência da regulação administrativa e prosseguimento da ação judicial.

Ademais, ultrapassado o alegado acima, cumpre ressaltar a ausência de nexo causal entre o suposto acidente e a invalidez alegada haja vista que o autor não apresenta boletim de ocorrência e que os documentos médicos apresentados são ilegíveis, conforme demonstrado abaixo:

ESAP/PRN - HOSPITAL REG. DEPARTAMENTO DE VASCONCELOS MARA

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 20067/2018

CL

Paciente: 17782 - UBERVANDIO BEZERRA DA SILVA (27 a 5 m 5 d)

Nascimento: 23/07/1991 Natural: BRASIL Sexo: M Cor: PARDA

CNS: 7021097031126 CPF: 1165322514 Prof: Fco. CLAUDIO BEZERRA NETO

Mãe: EROVILCEIA JACUARIO DA SILVA Logradouro: ASSIMILAMENTO VILA NOVA

CEP: 59653000 Bairro: ZONA RURAL Cidade: BARAUNA

Telefone: 55-08225 84 994488005

Motivo: Colisão - MOTORISTA Tipo: REGULADO

Origem: AMBULÂNCIA OUTRO Empresa:

OBS: Barbares - Dr. Adail Classificação: 28/07/2018 19:09:21 PESO:

HORA	HGT	Sa	FIO2	FR	FC	TEMP	Glasgow	RTS
19:00	160	92						

HISTÓRIA DO DOENTE FÍSICO

Queixas: 27 anos de idade de fratura de fêmur, possível.

Hora: 19:00

Paciente vítima de acidente automobilístico (colisão traseira) há aproximadamente 2,5 horas.

Encontra-se bem o momento do acidente. Foi trazido para o HGT em um ambulância de imobilização. Negativa de consciência, náuseas e vômitos. Refere dor de cabeça, pele quente, opaco e úmido.

A-via: sinais vitais sem alterações.

B- MM+ bilateralmente simétricos e bem definidos, sem alterações.

C- Hemodinamicamente estável.

D- Escala de coma de Glasgow: 15/15. Pupílas: 4/4, reage a luz.

E- Exame físico: não apresenta ferimentos no dorso de mão, dor no dorso do tórax. Hematuria urinária não detectada.

Abdomen: flácido, indolor a palpação superficial e profunda.

Perfusão: estável, de 2 a 3 segundos. Freq. cardíaca: 90 batimentos por minuto. Ressonância magnética.

Diagn. Inicial: Fratura de fêmur, possível.

Presença: 19:00

VIA: 19:00

ASSINT: 19:00

5024

19:00-0534

HOSPITAL REGIONAL DE VASCONCELOS MARA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DATA: 28/07/2018

HORA: 19:00

ASSINT: 19:00

#nem médicos de nem vici em drogas!

*Saída: 19:00 médica; 19:00 enfermeira; 19:00 interna; CID: S61.9 Proc. 030309007-6

Data: 28/07/2018, por 20:00 Ass. Médico: JKAH

*Gerado via SX no 2018 MARIA DA SILVA Impresso em 28/07/2018



Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo¹.

Portanto, como não há nexo de causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

Outrossim, caso não seja este o entendimento do juízo, havendo condenação, requer a observação dos critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BARAUNA, 18 de dezembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/RN 980-A

LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA
11929 - OAB/RN

¹ APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE NEXO CAUSAL DE QUE AS LESÕES SÃO DECORRENTES DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO OCORRIDO EM 25/12/1992. BOLETIM DE OCORRÊNCIA LAVRADO APENAS EM 12/06/2009, DEZESSETE ANOS APÓS O SUPOSTO ACIDENTE. ÔNUS DA PROVA. INCUMBÊNCIA DO AUTOR. ART. 333, I, CPC. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Não há nos autos qualquer elemento que comprove que as lesões suportadas pela apelante sejam decorrentes de acidente automobilístico. 2. A requerente sequer trouxe aos autos prova do atendimento hospitalar realizado na data do sinistro, ou ainda, prova do tratamento médico realizado decorrente das lesões alegadas. (TJ-PR 8967797 PR 896779-7 (Acórdão), Relator: Dartagnan Serpa Sa, Data de Julgamento: 24/05/2012, 9ª Câmara Cível)

